

Saúde da mulher indígena no Amazonas: Desafios, práticas e perspectivas no uso de métodos contraceptivos

Indigenous women's health in Amazonas: Challenges, practices, and perspectives on the use of contraceptive methods

Salud de la mujer indígena en el Amazonas: Desafíos, prácticas y perspectivas en el uso de métodos anticonceptivos

Recebido: 10/11/2025 | Revisado: 18/11/2025 | Aceitado: 19/11/2025 | Publicado: 21/11/2025

Dayana Lucena Pacheco

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-7713-9230>
Centro Universitário Fametro, Brasil
E-mail: dayanalucena1935@gmail.com

Ana Carolina Albuquerque dos Santos

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-9692-4242>
Centro Universitário Fametro, Brasil
E-mail: anacarolina157@gmail.com

Antônia Jaís Alves da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-2974-5088>
Centro Universitário Fametro, Brasil
E-mail: antoniajais78012@gmail.com

Keissy Mayara do Nascimento Pereira

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-2806-0651>
Centro Universitário Fametro, Brasil
E-mail: keissypereira09@gmail.com

Pabloena da Silva Pereira

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-1027-1224>
Centro Universitário Fametro, Brasil
E-mail: pabloena.pereira@fatecamazonia.com.br

Francisco Cosme da Silva e Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7944-8171>
Centro Universitário Fametro, Brasil
E-mail: enf.cosme@outlook.com

Resumo

A saúde da mulher indígena representa um campo de atenção fundamental para a promoção da equidade em saúde, especialmente no que se refere ao planejamento familiar. O presente estudo delimita-se à análise dos desafios no uso de métodos contraceptivos entre as mulheres da aldeia Kainã, localizada no município de Manacapuru (AM). Teve como objetivo compreender as barreiras culturais e estruturais que influenciam o acesso e a adesão aos métodos contraceptivos. A metodologia utilizada foi a realização de uma oficina educativa com aproximadamente 19 mulheres indígenas, incluindo adolescentes e mulheres em diferentes fases reprodutivas. Observou-se baixa adesão aos métodos contraceptivos, fortemente influenciada por fatores culturais e pela limitação de acesso aos serviços de saúde. Conclui-se que é essencial fortalecer ações de educação em saúde que respeitem os saberes tradicionais e promovam o diálogo intercultural.

Palavras-chave: Mulher indígena; Métodos contraceptivos; Saúde reprodutiva; Educação em saúde; Infecções Sexualmente Transmissíveis.

Abstract

Indigenous women's health represents a key area of focus for promoting health equity, especially regarding family planning. This study is limited to the analysis of the challenges in the use of contraceptive methods among women from the Kainã village, located in the municipality of Manacapuru (AM). The objective was to understand the cultural and structural barriers that influence access to and adherence to contraceptive methods. The methodology involved conducting an educational workshop with approximately 19 Indigenous women, including adolescents and women at different reproductive stages. Low adherence to contraceptive methods was observed, strongly influenced by cultural factors and limited access to healthcare services. It is concluded that it

is essential to strengthen health education initiatives that respect traditional knowledge and promote intercultural dialogue.

Keywords: Indigenous women; Contraceptive methods; Reproductive health; Health education; Sexually Transmitted Infections.

Resumen

La salud de la mujer indígena representa un campo fundamental para la promoción de la equidad en salud, especialmente en lo que se refiere a la planificación familiar. El presente estudio se delimita al análisis de los desafíos en el uso de métodos anticonceptivos entre las mujeres de la aldea Kainã, ubicada en el municipio de Manaquiri (AM). Tuvo como objetivo comprender las barreras culturales y estructurales que influyen en el acceso y la adherencia a los métodos anticonceptivos. La metodología utilizada fue la realización de un taller educativo con aproximadamente 19 mujeres indígenas, incluyendo adolescentes y mujeres en diferentes etapas reproductivas. Se observó una baja adherencia a los métodos anticonceptivos, fuertemente influenciada por factores culturales y por la limitación en el acceso a los servicios de salud. Se concluye que es esencial fortalecer las acciones de educación en salud que respeten los saberes tradicionales y promuevan el diálogo intercultural.

Palabras clave: Mujeres indígenas; Métodos anticonceptivos; Salud reproductiva; Educación para la salud; Infecciones de Transmisión Sexual.

1. Introdução

A saúde da mulher indígena tem se destacado como um tema de crescente relevância nas políticas públicas brasileiras, especialmente por envolver dimensões culturais, sociais e territoriais específicas desses povos. No contexto amazônico, essa discussão assume ainda maior importância diante da ampla diversidade étnica e das barreiras geográficas que dificultam o acesso das comunidades aos serviços básicos de saúde. Estudos de Santos (2025), evidenciam que a saúde materno-infantil entre os povos indígenas do Amazonas ainda apresenta indicadores de vulnerabilidade, reflexo de desigualdades históricas e de desafios na adesão às práticas biomédicas.

A Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNAISP) orienta que o cuidado às populações indígenas deve integrar saberes tradicionais e práticas biomédicas (Brasil, 2020). No entanto, como apontam Carvalho (2025) e Kaminski (2022), ainda há fragilidades na execução dessas diretrizes, o que reforça a importância de ações de extensão que aproximem o conhecimento técnico-científico das realidades locais, como ocorreu na aldeia Kainã.

Nesse cenário, a saúde da mulher indígena no Amazonas enfrenta desafios complexos, que vão além do acesso aos serviços, abrangendo também aspectos culturais e sociais que influenciam diretamente o uso de métodos contraceptivos. A problemática associada ao projeto está relacionada aos desafios enfrentados pelas mulheres indígenas no acesso à saúde reprodutiva e ao uso de métodos contraceptivos. As barreiras vão além da estrutura física e incluem aspectos culturais e sociais, como a língua, as crenças espirituais e a compreensão diferenciada sobre o corpo e a reprodução.

Muitas comunidades indígenas apresentam dificuldades em aderir às políticas públicas de planejamento familiar devido à pouca valorização dos saberes tradicionais e à falta de reconhecimento das práticas de cuidado locais. Assim, torna-se fundamental compreender como esses fatores interferem na promoção da saúde sexual e reprodutiva, especialmente porque os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres indígenas ainda não são contemplados de forma adequada e intercultural nas políticas de saúde (Brasil, 2020).

O objetivo do presente artigo é compreender as barreiras culturais e estruturais que influenciam o acesso e a adesão aos métodos contraceptivos.

2. Metodologia

Trata-se de uma pesquisa mista: em parte de investigação social feita em mulheres, num estudo de natureza qualitativa e quantitativa, participativa e descritiva (Pereira et al., 2018), com uso de estatística descritiva simples com gráfico de setores, classe de dados por sexo e testagens e, com valores de frequência relativa porcentual (Shitsuka et al., 2014) e, numa

pesquisa do tipo específico de relato de experiência (Gaya & Gaya, 2018), fundamentado nos princípios da educação popular em saúde e no diálogo intercultural entre saberes científicos e tradicionais. A pesquisa foi desenvolvida na aldeia Kainã, situada no município de Manaquiri, no estado do Amazonas.

Participaram 19 mulheres indígenas, entre adolescentes, adultas e em Climatério. A metodologia teve caráter qualitativo e participativo, com base na educação popular em saúde, e foi operacionalizada por meio de uma oficina educativa sobre o uso de métodos contraceptivos e planejamento familiar.

A atividade transversal foi realizada na aldeia Kainã, localizada no município de Manaquiri (AM), onde se observou uma valiosa integração entre saberes tradicionais e científicos. Essa convivência entre Cacique, Pajé, professores e estudantes reforça a importância do diálogo intercultural como caminho para a promoção de um cuidado mais humano e respeitoso à diversidade dos modos de vida indígenas (Figura 1).

Para chegar à comunidade, os extensionistas realizaram um percurso que incluiu cerca de 15 minutos de lancha a partir do Porto CEASA até o município de Careiro da Várzea (AM). Em seguida, embarcaram em um ônibus com destino a Manaquiri, trajeto que durou aproximadamente duas horas. O acesso final à comunidade indígena ocorreu por meio de embarcação fluvial, a figura 1 mostra a abertura da oficina educativa com a presença do cacique, pajés, professores e lideranças da comunidade Kainã:

Figura 1. Abertura da oficina educativa com a presença do cacique, pajés, professores e lideranças da comunidade Kainã, em Manaquiri (AM).



Fonte: Acervo dos autores (2025).

A metodologia adotada respeitou os princípios éticos aplicáveis às pesquisas com populações tradicionais, garantindo o consentimento livre e esclarecido dos participantes, a confidencialidade dos dados coletados e o retorno dos resultados à comunidade. Todo o processo foi conduzido conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, com as devidas autorizações do Conselho Distrital de Saúde Indígena de Manaus, formalizadas pelo Ofício nº 445/2025/CONDISI/DSEI/MANAUS.

3. Resultados e Discussão

A oficina contou com a participação ativa das mulheres indígenas, incluindo adolescentes, uma delas já mãe e três mulheres em climatério. Durante o encontro, foram abordados temas relacionados aos métodos contraceptivos, prevenção de

infecções sexualmente transmissíveis (IST) e planejamento familiar, de maneira colaborativa, interativa e respeitosa. A Figura 2 ilustra um dos momentos de diálogo entre as participantes, evidenciando o caráter acolhedor e integrador da atividade.

Figura 2. Participação das mulheres na oficina sobre métodos contraceptivos.



Fonte: Acervo dos autores (2025).

Durante a oficina, foram utilizados recursos visuais e dinâmicas em grupo para facilitar o diálogo e o compartilhamento de saberes entre as participantes. O encontro priorizou a escuta ativa e a valorização dos conhecimentos tradicionais sobre fertilidade, gestação e maternidade. Além disso, foi incorporada uma pesquisa bibliográfica que fundamentou a análise dos resultados, articulando as vivências observadas com o referencial teórico sobre a saúde da mulher indígena.

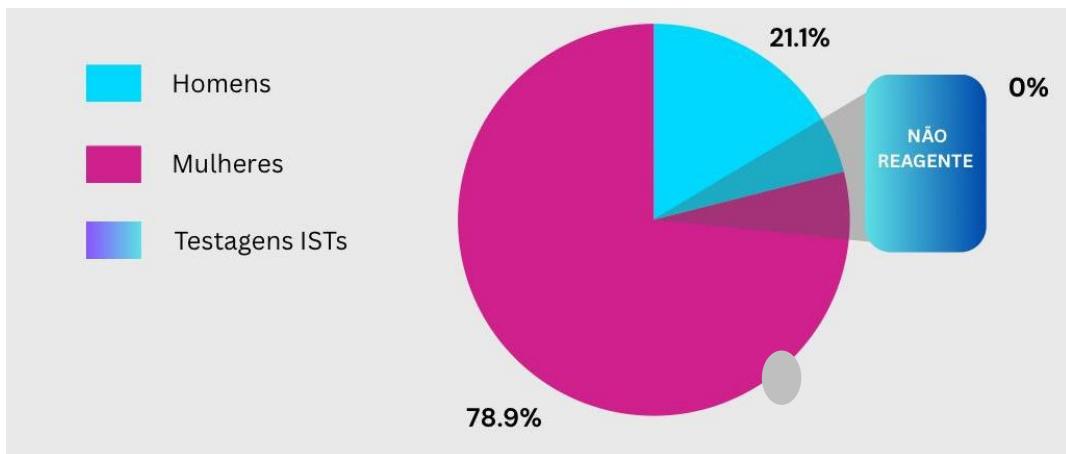
Os resultados da oficina educativa na aldeia Kainã evidenciaram baixa adesão aos métodos contraceptivos entre as participantes, principalmente devido a fatores culturais, religiosos e à falta de acesso contínuo às informações e aos serviços de saúde. Algumas mulheres relataram que o uso de contraceptivos é percebido como uma interferência nos ciclos naturais do corpo, enquanto outras nunca haviam recebido orientação adequada sobre os métodos disponíveis no SUS.

O aspecto social e cultural mostrou-se determinante nas escolhas reprodutivas, com decisões frequentemente influenciadas pelos companheiros e pelas lideranças comunitárias. Esse comportamento confirma os achados de Santos (2025) e Kaminski (2022), que destacam a relevância da visão coletiva e dos saberes tradicionais na gestão da fertilidade entre os povos indígenas amazônicos.

A oficina também possibilitou discutir a importância dos métodos contraceptivos e da prevenção das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). O uso de métodos modernos favorece o planejamento familiar e contribui para a saúde materno-infantil, prevenindo gestações não planejadas, riscos associados à maternidade precoce e complicações obstétricas. O uso de métodos de barreira, como os preservativos, é essencial para prevenir IST, incluindo HIV, sífilis, gonorreia e clamídia, reforçando a importância da educação em saúde e da conscientização sobre o autocuidado (Andrade, 2025; Carvalho, 2025).

Durante a atividade, foram realizados testes rápidos para detecção de ISTs, contemplando 4 homens e 15 mulheres. Os resultados, representados no Gráfico 1, indicaram que todos os participantes apresentaram resultado não reagente, evidenciando ausência de infecção ativa. Esse achado reforça a relevância da educação em saúde como ferramenta preventiva.

Gráfico 1. Testagem de IST entre homens e mulheres indígenas.



Fonte: Acervo dos autores (2025).

As observações reforçam que a abordagem intercultural e o fortalecimento da educação em saúde são essenciais para ampliar o diálogo entre profissionais e comunidade, respeitando as práticas tradicionais e incentivando o cuidado preventivo e reprodutivo de forma consciente e autônoma. O acompanhamento da saúde reprodutiva das mulheres indígenas também se mostrou um espaço para fortalecer o diálogo intercultural, promover a autonomia feminina e sensibilizar a comunidade para os benefícios do planejamento familiar. Ademais, os resultados corroboram a literatura, que enfatiza a importância de estratégias educativas culturalmente sensíveis e da integração entre políticas públicas e saberes locais (Almeida, 2025; UNFPA, 2022; Brasil, 2020).

Os resultados obtidos durante a oficina educativa na aldeia Kainã evidenciaram baixa adesão aos métodos contraceptivos, fortemente condicionada por fatores culturais, religiosos e limitações de acesso aos serviços de saúde. As participantes demonstraram interesse em compreender as formas de planejamento familiar, mas expressaram dificuldades relacionadas à comunicação com os profissionais de saúde e à ausência de informações adaptadas à sua realidade sociocultural (Figura 3). Esse cenário confirma as observações de Santos (2025), que destaca vulnerabilidades persistentes na saúde materno-infantil indígena, associadas à falta de integração entre práticas tradicionais e políticas públicas de saúde.

Figura 3. Interações da oficina com entrega de lembrancinhas às participantes.



Fonte: Acervo dos autores (2025).

Quanto às necessidades e reconhecimentos específicos da comunidade, observou-se que as mulheres valorizam o conhecimento tradicional transmitido por suas lideranças e parteiras, mas reconhecem a importância de ações educativas contínuas e atendimento humanizado (Andrade, 2025; Almeida, 2025). As discussões revelaram demandas por melhor acesso aos métodos contraceptivos e por atendimento feminino nas equipes de saúde, refletindo a necessidade de respeitar a intimidade e a autonomia das mulheres indígenas.

Como reforçam UNFPA Brasil (2022) e o Ministério da Saúde (2024), em relação às demandas e aspirações da comunidade, ficou evidente o desejo de ampliar o diálogo entre saberes tradicionais e práticas biomédicas, além de fortalecer o papel das mulheres como protagonistas do cuidado. As participantes manifestaram também o interesse em participar de futuras oficinas sobre saúde reprodutiva, prevenção de IST e direitos sexuais, demonstrando um movimento de empoderamento e busca por maior protagonismo no autocuidado.

Por fim, quanto à minimização e resolução dos problemas identificados, a oficina representou um espaço de escuta e acolhimento, contribuindo para o fortalecimento da autonomia feminina e da confiança nos serviços de saúde. A sensibilização sobre a importância da contracepção e da prevenção de IST reforçou o papel da educação em saúde como ferramenta transformadora (Barbosa 2025; Ministério da Saúde, 2025). Dessa forma, a experiência demonstrou que intervenções baseadas no diálogo intercultural e no respeito às especificidades locais são fundamentais para promover cuidados reprodutivos mais equitativos, acessíveis e culturalmente sensíveis nas comunidades indígenas do Amazonas.

4. Considerações Finais

A experiência na aldeia Kainã evidenciou que o uso de métodos contraceptivos entre mulheres indígenas no Amazonas enfrenta desafios culturais, sociais e de acesso aos serviços de saúde. A oficina educativa mostrou-se eficaz para promover o diálogo intercultural, ampliar o conhecimento sobre contracepção e reforçar a prevenção de ISTs.

Conclui-se que ações de educação em saúde, respeitando os saberes tradicionais, são essenciais para garantir os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres indígenas, fortalecer o planejamento familiar e reduzir riscos materno-infantis. Recomenda-se a continuidade e ampliação dessas estratégias, incluindo capacitação de profissionais indígenas e integração com políticas públicas de saúde.

O encerramento da oficina foi marcado por um momento simbólico de reconhecimento e valorização da participação das mulheres indígenas, por meio da entrega de lembrancinhas. Essa ação reforçou o vínculo entre a equipe de saúde e a comunidade, promovendo uma troca afetiva e respeitosa.

Referências

- Almeida, R. M. de. (2025). *Saúde, educação e direitos dos povos indígenas e das mulheres: uma análise das políticas e práticas*. Revista Rede Unida, 18(1), 1–10.
- Andrade, A. B. C. (2025). *Uso de contraceptivos por mulheres atendidas em Unidade Básica de Saúde no Rio Negro, Amazonas*. Ciência & Saúde Coletiva, 30(supl. 1), e15212023.
- Barbosa, G. de A. (2025). *O perfil das internações da mulher indígena no período gestacional no Estado do Pará*. Acervo Saúde, 25(5), e19862.
- Brasil. Ministério da Saúde. (2020). *Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas*. Brasília: Ministério da Saúde.
- Carvalho, C. M. P. de. (2025). *Aspectos da contracepção e desfecho obstétrico em comunidade ribeirinha do Rio Amazonas*. New Science Proceedings, 1(1), 1–10.
- Kaminski, L. S. (2022). *Práticas de mulheres indígenas mediante seu processo gestacional, pré-natal, parto e puerpério*. Revista Brasileira de Promoção da Saúde, 35(2), 1–10.
- Ministério da Saúde. (2024). *Oficina debate direitos sexuais e reprodutivos na saúde indígena*. Brasília: Ministério da Saúde.

Ministério da Saúde. (2025). *Oficina fortalece linha de cuidado do câncer do colo do útero para mulheres indígenas Yanomami e Ye'kwana*. Brasília: Ministério da Saúde.

Santos, J. V. A. (2025). *As condições do nascer: perfil da saúde materno-infantil entre povos indígenas no Amazonas*. Revista Observatório de la Economía Latinoamericana, 23(1), 1–25.

Schiave, Q. C. F. A. (2025). *Explorando a função sexual em mulheres indígenas: um estudo de caso*. Foco, 12(1), 1–10.

UNFPA Brasil. (2022). *Agenda aponta políticas públicas para mulheres da Amazônia Legal*. Brasília: UNFPA.